

## AS VOZES, A PENA E O PERGAMINHO: CULTURA ESCRITA E PRODUÇÃO LITERÁRIA NO MEDIEVO

Luan Lucas A. Morais\*

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19964274>

19

### RESUMO:

O presente artigo busca examinar a produção literária no Ocidente medieval, com ênfase na relação dialética entre oralidade e escritura, compreendida como um fenômeno condicionado pelas estruturas sociais, políticas e econômicas do período. Objetiva-se aqui discutir a constituição de uma cultura escrita que não anulou a dimensão oral, mas coexistiu e se articulou a ela, conformando múltiplas formas de circulação e apropriação dos textos. A partir de uma análise em que é destacado o papel da aristocracia senhorial (clerical e secular) no patrocínio e na instrumentalização das produções literárias como forma de propaganda e legitimação do poder, buscamos também problematizar o conceito de “literatura” como categoria histórica e socialmente situada, discutindo a noção de consciência literária e a influência das relações de classe sobre a criação e recepção das obras literárias no medievo Ocidental. Por fim, argumenta-se que a compreensão das literaturas medievais requer uma articulação orgânica entre as práticas materiais de produção e as dinâmicas de dominação que marcaram o período, reafirmando a necessidade de uma abordagem crítica que relacione História, Literatura e a *práxis* social.

**Palavras-Chave:** Idade Média; Oralidade; Cultura escrita; Literatura Medieval.

### ABSTRACT:

This article aims to examine literary production in the medieval West, with an emphasis on the dialectical relationship between orality and writing, understood as a phenomenon shaped by the social, political, and economic structures of the period. It discusses the development of a written culture that did not eliminate the oral dimension but coexisted and interacted with it, giving rise to multiple forms of circulation and appropriation of texts. Based on an analysis that highlights the role of seigneurial aristocracy (both clerical and secular) in sponsoring and instrumentalizing literary works as tools of propaganda and legitimation of power, the study also problematizes the concept of “literature” as a historically and socially situated category. It explores the notion of literary consciousness and the influence of class relations on the creation and reception of literary works in the medieval West. Finally, it argues that understanding medieval literatures requires an organic articulation between material practices of production and the dynamics of domination that characterized the period, reaffirming the need for a critical approach that relates History, Literature, and social *praxis*.

**Keywords:** Middle Ages; Orality; Written Culture; Medieval Literature.

---

\* Professor Substituto do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professor Temporário do Curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – (FECLESC/UECE). Pesquisador no laboratório Núcleo Dimensões do Medievo – *Translatio Studii* (UFF) e no Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte na Antiguidade e Medievo – *Insulae*. Integrante do GT de Estudos Arturianos – *Arturus Insularum* e do Grupo de Estudos em História e Literatura – *GEHISLIT* (PUC-MG). E-mail: [luan.araujo@uece.br](mailto:luan.araujo@uece.br) / [luan.morais@ufc.br](mailto:luan.morais@ufc.br).

## INTRODUÇÃO

O fascínio que a Idade Média suscita ainda nos dias atuais pode ser explicado por diversos fatores, embora nem todos concordem entre si quanto ao significado histórico que o termo ou a noção de “medieval” carregam. Christian Amalvi comentou, enfaticamente, que aquilo que denominamos ou reconhecemos por “Idade Média” inexistiu, visto que “é uma fabricação, uma construção, um mito, quer dizer, um conjunto de representações e de imagens em perpétuo movimento, amplamente difundido na sociedade, de geração em geração” (Amalvi, 2017, p. 599). Tal definição, embora incompleta, aponta bem sob quais contornos a categoria “Idade Média” foi definida ao longo dos séculos, haja vista que o conceito é extemporâneo à própria época que faz menção.

Constantemente revisitada, imaginada – e, cada vez mais, – reivindicada e apropriada, a Idade Média detém um vasto escopo de temas, acontecimentos e personagens que, por razões diversas, nos transmitem, segundo Amalvi, uma “ilusão de realidade” efetiva daquilo que teria acontecido há séculos no passado. Não por acaso, Tommaso Falconieri comenta que:

A Idade Média não se apresenta apenas como um vestígio do passado, por ser um conceito que a época atual utiliza constantemente, mas também porque o faz em uma perspectiva política. Nos últimos anos, especialmente, os temas e os argumentos apresentados como medievais estão sob os holofotes. O medievalismo não é apenas entretenimento inofensivo, um modo mais ou menos transitório, por exemplo, o sintoma epidérmico de um desejo de fuga, magia ou fantasia; ao contrário, estabelece laços fortes com a ação pública. A política contemporânea encontra na Idade Média, época histórica ou uma espécie de simbólico alhures, um lugar predileto de onde extrair alegorias esclarecedoras, exemplos ainda relevantes, modelos. (Falconieri, 2015, p. 15-16)<sup>1</sup>

Os “usos políticos do passado” medieval a que Falconieri menciona têm sido cada vez mais objeto de análise pelos historiadores, não apenas medievalistas, preocupados com a crescente guinada conservadora no campo da política que pode ser observada a nível global desde o início da década de 2010. Embora não seja novidade, a instrumentalização do passado para justificar ou construir projetos artificiais de identidade nacional anseiam cada vez mais pela idealização de tempos idílicos, quando supostamente grassavam a masculinidade bélica, a pureza racial e a defesa da pátria-mãe contra a ameaça estrangeira.

Foi Marx quem escreveu que “a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (Marx, 2011, p. 25). Portanto, seria arriscado e contraproducente

---

<sup>1</sup> Todas as traduções dos originais em língua estrangeira foram realizadas pelo autor, exceto quando indicadas.

ignorar as valências históricas que o estudo das sociedades pré-capitalistas oferece para analisarmos e compreendermos melhor a época em que vivemos. Se tal “pesadelo” nos persegue como historiadores e, aqui especificamente, como medievalistas, devemos permanecer alertas quanto ao potencial histórico de análise dessas sociedades, pois “quando esse potencial está sendo implantado para fins extremistas, fascistas e da supremacia branca, os estudiosos devem agir para se opor a tal manipulação viciosa” (Wollenberg, 2018, p. 89-90).

Ademais, isso demonstra que o discurso e a prática em torno de um **compromisso** de defesa dos valores nacionais que, possibilitados pelo senso de “camaradagem” comuns a certos agentes sociais e políticos (Anderson, 2009, p. , coadunam com a promoção de uma Idade Média que seria legatária de identidades e legados racistas, misóginos e islamofóbicos, constituindo ainda, a pedra angular das origens étnicas e nacionais de determinados povos (Wollenberg, 2018, p. 87).

Desse modo, torna-se necessário e salutar uma (re)avaliação daquilo que é conhecido acerca da produção literária no medievo, comumente associada à presença de seres e ambientes fantásticos, desventuras amorosas e jornadas intermináveis de cavaleiros em busca de honra e glória. Há de se buscar menos a naturalização de tais temáticas do que a real compreensão de como e por quê estas foram tomadas como centrais e incontornáveis pelo senso comum. Embora parte da produção literária contenha alguns ou mesmo todos os elementos mencionados, as obras medievais não se resumiam apenas a isso, sobretudo, devido à enorme variedade de gêneros literários que o medievo produziu ou adaptou, bem como pela própria dinâmica que envolveu a produção destas obras.

Para se analisar as duas coisas, é preciso ir ao cerne da questão: tratar das “literaturas medievais” é lidar com sua produção e veiculação oral. Somente com a devida matização de tais fenômenos, é possível articulá-los com a dimensão de uma “cultura escrita” medieval e sua intrínseca relação com o elemento da oralidade. O presente texto objetiva apontar alguns dos fundamentos desse debate e quais as possibilidades de análise em relação à produção literária no medievo Ocidental, mediadas pelo diálogo, conexão e ampliação do binômio **oral/escrito** nesse contexto histórico.

## ORALIDADES E ESCRITURAS: CONSTRUINDO AS LITERATURAS MEDIEVAIS

Semelhante à noção de “Idade Média” supracitada, o termo “literatura”, ao menos no sentido que corresponde atualmente, é ulterior ao período aqui discutido. Entretanto, havia a presença e a grafia do termo em latim *litteratura*, cujo significado era o mesmo que “*grammatica* e designa, como esta palavra, ou a gramática propriamente dita ou a leitura comentada dos autores e o conhecimento que proporciona, mas não as obras em si” (Zink, 2017, p. 91). O latim, língua do clero e da intelectualidade, foi predominante nos registros escritos medievais durante todo o período, embora

algumas produções nas línguas vernaculares tenham ganhando mais constância a partir do século XII. Esse dado, além de denotar o caráter excludente e elitista dos eruditos que manejavam a pena e a tinta, expõe os pesquisadores das sociedades pré-capitalistas a um desconcertante embaraço: os registros documentais, não obstante parcos e fragmentários – sobretudo no que se trata dos séculos iniciais do medievo –,<sup>2</sup> constituem uma ínfima parcela testemunhal acerca das vidas de homens e mulheres que viveram naquela época. Somos forçados a contemplar uma quase **inacessibilidade** ao mundo medieval não escrito, onde, substancialmente, as condições materiais para o desenvolvimento da vida e da cultura se construíram.

O domínio do ofício letrado em latim deve ser compreendido em conjunto da reflexão de que o ato de escrever, por mais restrito que seja, sempre se manifesta em uma língua específica. Embora pareça tautológico, esse raciocínio é central para se analisar a lógica e as especificidades da produção literária no medievo, levando em conta o amálgama da oralidade e da escritura na forja e na veiculação dos mais diversos assuntos, saberes e tradições que envolveram diretamente aquelas sociedades sob a dupla lógica do **oral/escrito**. Embora reconheçam-se os limites de análise empírica, deve-se pontuar e entender a escrita e sua relação intrínseca com a língua na qual se manifesta, sobretudo ao longo do desenvolvimento de uma cultura escrita particular à essas sociedades, pois:

Ela [escrita] codifica a fala em um repertório amplamente compartilhado de sinais visuais que representam os sons que se combinam para formar palavras. Portanto, nunca é perfeitamente separável de outras atividades verbais, como falar, ler e pensar, e é apenas um dos vários meios de comunicação e expressão disponíveis para qualquer sociedade. [...] O conhecimento central para a identidade e funcionamento de uma comunidade pode ser transmitido oralmente por gerações, quer seus membros estejam ou não familiarizados com as técnicas de escrita e leitura. O material desse depósito oral de tradições e informações de tempos em tempos encontrava seu caminho até a escrita, e os textos escritos frequentemente adquiriam seu significado social quando ditos em voz alta para uma audiência de ouvintes. (Smith, 2005, p. 14)

Se o “conhecimento central” para a construção de identidades e para o desenvolver de um senso de “pertencimento” de homens e mulheres a um território específico – ou mesmo à uma realidade mais abrangente – foi impulsionado pela escrita e seus desdobramentos, as relações dessa

---

<sup>2</sup> Como observado por Chris Wickham, “[...] a escrita da história da Alta Idade Média é uma luta permanente com as poucas fontes disponíveis, uma vez que os historiadores tentam, repetidamente, extrair variados relatos históricos a partir delas. Por esse motivo, poucas coisas (e, de fato, poucas de grande interesse) são geralmente aceitas sem discussão. Mais do que em outros, nesse período é muito visível a recriação de seus historiadores.” (Wickham, 2019, p. 50).

produção escrita com o substrato oral nunca permaneceram ensimesmadas. As **múltiplas** literaturas medievais extrapolaram justamente o limite imposto pelo registro gráfico e iconográfico, pois circularam ativamente durante todo o medievo pelo recurso único da **voz**. Esta, aliás, foi o principal sustentáculo da produção literária medieval, pois mesmo em épocas de hegemonia da prosa em relação ao verso, a **leitura, encenação e musicalização** das narrativas literárias subsistiram na condição essencial do relato e da declamação em **voz alta**, consistindo naquilo que Paul Zumthor denominou de “vocalidade”: a historicidade da voz (Zumthor, 1993, p. 21).

Foi Zumthor quem destacou que o diferencial do texto pronunciado ao escrito encontra-se na sensibilidade e funcionalidade do primeiro frente ao segundo. O autor pontua ainda que no texto vocalizado “atuam pulsões das quais provém para o ouvinte uma mensagem específica [...] no momento em que ela [a voz] o enuncia, transforma em ‘ícone’ o signo simbólico libertado pela linguagem” (Zumthor, 1993, p. 20, grifo meu). Logo, a **escritura**, entendida pelo autor como um conjunto de “atitudes” e técnicas realizadas pelos copistas durante a produção manuscrita, variava de acordo com as necessidades e demais condições materiais sob as quais essa produção artesanal e intelectual esteve vinculada (Zumthor, 1993, p. 99). Nessa relação dialética entre a oralidade e a escritura, é importante sopesar as medidas em que a última se tornou predominante frente à primeira, embora seja razoável comentar que o “triunfo” da pena frente à voz não significou o completo desaparecimento desta última. Portanto, é possível apontar o desenlace de uma **cultura escrita** medieval atrelada às relações supracitadas, podendo mobilizá-la conceitualmente como:

[...] uma relação entre autores e receptores, que produzem múltiplos sentidos sobre um elemento cultural escrito, sejam estes em suas diversas formas materiais e imateriais, relegando peculiaridades e dinâmicas ímpares para cada conjuntura, deixando a cultura escrita para além de princípio geral ou definição amarrada, mas sim uma ideia ampla e de guia metodológico para se questionar forças escritas nas mais diversas sociedades e seus tempos. (Fernandes, 2016, p. 62)

Logo, a importância da cultura escrita como ferramenta de análise teórico-metodológica para o estudo das literaturas medievais está atrelada à compreensão de que a produção literária é um produto cultural do aparato social de sua determinada temporalidade, podendo ainda ser compreendida como produtora de um conjunto de relações múltiplas entre os autores e seus ouvintes/leitores.

Ora, a sensação de uma *autorictas* face ao registro escrito é comumente evanescida perante o testemunho fragmentário da documentação pois, no ato da leitura crítica de um texto medieval, “a autoridade de uma ‘fonte’ escrita conservada ou perdida, a autoridade moral de um grande personagem ou de um narrador, os desígnios de escrita de um clérigo lutando com sua folha branca, as

intenções de duplo registro de um recitante às voltas com os ouvintes” (Batany, 2017, p. 429) nunca pode ser alcançada em sua totalidade, apenas pelo testemunho indireto e organizado pelo historiador em crítica e estudo do contexto e das suas condições. Aos *illiterati* (não-letrados) medievais, alienados simultaneamente do domínio da escrita em latim e no vernáculo, restou a ocupação de espaços onde a verve das tradições orais permitiu o desenvolvimento de uma sociabilidade desses indivíduos no desenrolar das narrativas literárias, visto que às suas contrapartes letradas (*litterati*) estava reservada a posição de detentoras e reprodutoras – na forma do registro escrito – do conhecimento notável daquela época.

No entanto, se o texto medieval é, simultaneamente, escrito e falado, supõe-se de início um certo “índice” ou “presunção de oralidade” em sua construção (Zumthor, 1993, 43). Escrito e oral não são categorias estanques ou mutuamente excludentes, sobretudo no medieval, e é Paul Zumthor quem chama atenção para os níveis de interlocução entre o “texto” vocalizado e o escrito. Distinguindo os tipos mais comuns de oralidade, o autor identifica a existência de uma em particular, a que denominou de “oralidade coexistente”. Esta, por sua vez, divide-se em “mista” e “segunda”, sendo a primeira manifestada “quando a influência da escrita aí continua externa, parcial ou retardada”, e a última “que se (re)compõe a partir da escrita e no interior de um meio em que esta predomina sobre os valores da voz na prática e no imaginário” (Zumthor, 1997, p. 37).

Logo, o que o medievalista suíço nos diz é que as relações entre o escrito/oral são mediadas pelo grau de interação **direta** entre os substratos orais manifestados na escrita e, simultaneamente, como esta última condiciona, “manipula” ou institui formas a serem reproduzidas pela voz. Note-se: não se trata, em último caso, de um predomínio ou determinação de **uma sobre a outra**, ou seja, da escrita sobre o oral. Porém, devido aos constrangimentos impostos pela documentação e pelos testemunhos oriundos do passado, nos dispomos, majoritariamente, dos registros que sobreviveram via escrita, ainda que observando as mediações citadas.

A partir dessa relação conflituosa, é justo questionar: haveria um senso coletivo – ainda que não uniforme – acerca daquilo que se produzia e consumia? Se a literatura pode ser tomada como uma noção que se define em termos estritamente históricos, seria possível advogar a existência de algo como uma “consciência literária” no medieval? Ora, defende-se aqui possibilidade de um referencial positivo às perguntas lançadas. Sim, é possível falar de uma consciência literária no medieval, pois é viável supor uma preocupação dos intérpretes e autores na formulação temática de suas obras, no alcance e na recepção destas por seus interlocutores.

Desse modo, é também razoável admitir um consumo não passivo do público-alvo, fosse este o aristocrático, encastelado em seus domínios palacianos, fosse o rústico, “vulgar”, que se deleitava, ria e fazia-se representado sob diversas facetas nas obras que tinham a oportunidade de ouvir e assistir

encenadas. Portanto, admite-se e adota-se aqui um dos elementos-chave dentro do método de análise desenvolvido por Marx e Engels, que é, a saber, “a hipótese de que um dado processo socio-histórico é passível de ter uma realidade, independentemente de como os protagonistas compreendem o próprio papel nele” (Nimtz, 2020, p. 20).<sup>3</sup>

Em relação à possibilidade da existência de uma prática ou de certos discursos narrativos encarados como “literários”, Ciro Cardoso apontou uma dupla saída: as perspectivas discursivas etnoliterárias, ou seja, aquelas “provenientes de povos que não reconheçam a arte e a literatura como setores específicos de discursos e atividades”, e as socioliterárias, surgidas “em sociedades que reconheçam tais áreas como existentes: sociedades em que as noções de autor público e literatura existam e sejam reconhecidas” (Cardoso, 1997, p. 24). Embora aparente uma delimitação didática acerca do problema em questão, tal solução apresenta-se de modo esquemático e hermético, levando em conta que o grau de complexidade da produção material artístico-cultural no medievo, por exemplo, não necessariamente se enquadraria apenas em uma das duas perspectivas.

Para Antonio Candido, “cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais poéticas e dramáticas de acordo com seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles” (Candido, 1995, p. 177).<sup>4</sup> Desse modo, a distinção esquemática entre os discursos etnoliterários e socioliterários pouco ajudaria a resolver a questão da existência ou não de determinadas práticas como sendo intrinsecamente “literárias”, pois, embora o aspecto “formal” e autoconsciente seja um dos fatores para se conceituar a prática e o ofício literário, isso por si só não seria responsável pelo desenvolvimento e compreensão unívocos acerca do fazer “literário” e suas demais implicações no social. Ao mesmo tempo, é necessário o reconhecimento de que a “literatura” é, também, e dentre outras coisas, “o processo e o resultado de composição formal dentro das propriedades sociais e formais de uma língua” (Williams, 1977, p. 46).

Portanto, o esquematismo em cristalizar determinadas formas e práticas de produção artística e delimitá-las em alternativas inescapáveis teria, como extrapolação da análise, uma compreensão da literatura como sendo apenas um epifenômeno ou uma forma de comunicação. Entretanto, ao contrário da ideia de literatura como uma categoria autorreferencial e autocentrada, uma melhor e mais viável chave de leitura é a compreensão de que a “literatura” pode ser visualizada como uma “manifestação universal de todos os homens em todos os tempos” (Candido, 1997, p. 176). Daí compreende-se,

---

<sup>3</sup> NIMTZ, August H. Marx e Engels sobre a Guerra Civil Americana: a “concepção materialista da história” em ação. [2011]. [Trad.: Felipe Vale da Silva; Muniz G. Ferreira]. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Escritos sobre a Guerra Civil Americana* – artigos do New-York Daily Tribune, Die Presse e outros (1861-1865). [Trad.: Felipe Vale da Silva; Muniz G. Ferreira]. Londrina: Aetia Editorial; São Paulo: Peleja, 2020, p. 20.

<sup>4</sup> CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. [1988]. In: \_\_\_\_\_. *Vários escritos*. 4ª ed. São Paulo: Duas cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1995, p. 177.

enfim, que a universalidade de um processo e prática históricos, longe de homogeneizar seus condicionantes, inscreve-se e realiza-se por intermédio de suas particularidades (Hegel, 1999, p. 30).

Se isso pode ser pensando em termos gerais, seria a produção literária medieval tão particular a ponto de negar sua inscrição e enquadramento nos aportes supracitados? Ora, se uma categoria é, em sentido *lato*, uma criação abstrata de pensamento para se analisar determinados aspectos de uma realidade, depreende-se daí que o termo “literatura” pode ser empregado para se refletir acerca da produção literária existente no medievo. A partir da compreensão de suas manifestações particulares, pode-se conceber, então, a “literatura” como uma prática social e um produto material que transforma uma realidade coletiva ao mesmo tempo que é transformada pelo conjunto das circunstâncias históricas e objetivas que condicionam essa mesma realidade e a sua existência enquanto artefato cultural.

Dessa forma, a “literatura” seria também uma forma de manifestação artística e a arte, segundo Hegel, configurada em termos de algo que não é dado pela natureza “mas é produzido pela atividade humana, [...] feita essencialmente *para* o homem, e, na verdade, extraída em maior ou menor grau do sensível, pois se destina aos *sentidos* do homem” (Hegel, 2001, p. 47-48). Pensada para o medievo, a noção de “arte” (*ars*), como pontuou Umberto Eco, reside no “conhecimento de regras objetivas”, que, por sua vez, é sustentado em dois pressupostos básicos para a produção e divulgação desse ofício: o elemento cognoscitivo (*ratiocogitatio*) e o produtivo (*faciendifactibilium*) ou, dito de outra forma, um saber teórico e prático para se produzir determinadas coisas (Eco, 2010, p. 202).

Eco comenta ainda que a “arte inscreve-se no domínio de fazer”, atuando de forma específica em uma sociedade por suas formas expressivas de manifestação, sendo a arte literária uma delas. Essa arte, em certa medida, “imitaria” a natureza, porém “na imitação da arte existe invenção, reelaboração. A arte une as coisas desagregadas e separa as unidades, prolonga a obra da natureza, faz como a natureza produz e dá continuidade ao seu *nisus* [construção; geração] criativo” (Eco, 2010, p. 202; 204).

Portanto, se essas concepções acerca da arte e seus produtos perpassaram em maior ou menor medida diversas instâncias da vida social no medievo, sobretudo a partir do século XI, em virtude do processo de reconstrução e desenvolvimento de uma “ordem” sociocultural pautada pelo advento das universidades, do saber escolástico e da filosofia: a assim chamada “renascença do século XII”. A questão da “consciência literária” foi postulada em contraste com as formas de “fabulação” medieval e os princípios ontológicos responsáveis pela produção e reprodução da vida material à época, bem como em conjunto do ser social correspondente àquela historicidade. Vejamos sob quais circunstâncias alguns caminhos de investigação foram elaborados segundo os elementos mobilizados e qual o seu devido peso e relevância para os estudos medievais atuais.

## BALIZAS HISTORIOGRÁFICAS E RELAÇÕES DE FORÇA NA CULTURA ESCRITA MEDIEVAL

Ainda na década de 1980, Georges Duby chamou atenção para o fato de que uma das problemáticas centrais das ciências humanas é a “das relações entre fenômenos culturais e o movimento de conjunto das estruturas econômicas e sociais” (Duby, 2011, p. 167), ou seja, o famigerado debate em torno da problemática do binômio base/superestrutura.<sup>5</sup> Entretanto, os encaminhamentos que o historiador francês apontou são extremamente relevantes, ainda hoje, para se pensar a dificuldade que alguns historiadores – medievalistas aí inclusos – têm de sustentar e localizar materialmente os objetos que estudam. Tomando de exemplo as transformações culturais surgidas no Ocidente medieval a partir da Idade Média Central (séculos XI-XIII), Duby comenta que o “renascimento” ocorrido durante o período, sobretudo no século XII, foi produto indissociável do desenvolvimento material ocorrido na Europa Ocidental à época.<sup>6</sup> Embora reconheça que sua contribuição ao debate seja “superficial, introdutória”, e que seus exemplos se restrinjam ao território da atual França, Duby elege três fatores elementares para esse desenvolvimento sociomaterial: a difusão da moeda, a extensão das terras cultiváveis e o crescimento demográfico (Duby, 2011, p. 167-168).

Se, para Duby, o aprimoramento do senhorio como principal quadro de organização e mediação das relações de produção – em conjunto de seus órgãos de controle fiscal – atingiu seu ápice no século XII, houve então um aumento produtivo por parte do campesinato para satisfazer as demandas de uma classe senhorial responsável tanto pelo controle das terras agricultáveis quanto pelos corpos daqueles que as cultivavam (Duby, 2011, p. 169). Logo, não seria difícil observar uma transferência significativa dos recursos advindos do sistema de rendas e taxas para as mãos da classe senhorial, recursos estes determinados “pelo alargamento da área agrícola, pela alta dos preços dos produtos e pela multiplicação do número de trabalhadores”, demonstrando que “do enriquecimento dos campos, a classe senhorial foi quase a única a tirar proveito” (Duby, 2011, p. 169).

Graças ao reconhecimento do autor acerca das limitações de sua análise – em que pese a originalidade dos argumentos e da reflexão levantada –, sobretudo, pela época de sua escrita e do material empírico ao qual dispunha, os comentários de Duby são inconclusivos, tendo o mérito,

---

5

<sup>6</sup> Uma outra abordagem acerca do período e do conceito de “renascimento do século XII”, ligada ao um desenvolvimento intelectual do mesmo, foi apresentada em publicação recente: *O renascimento do século XII: a longa e sinuosa trajetória de um conceito*, de Carlile Lanzieri Júnior (2023).

porém, de abrir um flanco investigativo que possibilitasse a análise conjunta dos elementos socioeconômicos (base material) e socioculturais (superestruturais).

A afirmação de que a classe senhorial foi a única a obter vantagens imediatas da produtividade campesina pode ser interpretada do ponto de vista da centralidade e da localização material sobre a qual a concentração de renda e de riqueza por uma aristocracia secular em franca expansão desde o fim da Alta Idade Média foi estabelecida. Isso posto, a reflexão que se pode fazer a partir de agora é: qual a aplicação social dessa extração de excedente mediada pelas estruturas de domínio e de exploração senhorial?

Para Duby, tais excedentes foram aplicados, sem dúvidas, em criações culturais, chamando atenção para o protagonismo inicial dos senhorios eclesiásticos. Sob uma nova forma de organização das finanças, o clero medieval pode empregar o resultado de sua própria coerção extraeconômica sob os camponeses, bem como aproveitar o recolhimento das piedosas doações oferecidas pela aristocracia secular e pela burguesia incipiente, “para desenvolver os estudos, para promover a atividade do *scriptorium* e da chantria, para erguer um cenário mais suntuoso em torno das liturgias” (Duby, 2011, p. 173-174).

Ora, se o excedente extraído pela exploração do campesinato foi aplicado pela Igreja na reformulação das suas estruturas de poder e naquilo que Duby denominou de “criações culturais”, o mesmo pode ser dito, sistematicamente, acerca da aristocracia secular. Tome-se de exemplo o caso de Leonor da Aquitânia (1122-1204) e seu esposo Henrique II Plantageneta (1133-1189), rainha consorte e rei da Inglaterra, respectivamente. O casal régio ficou famoso pelo amplo apoio ao desenvolvimento artístico dentro de seus territórios, a saber, conhecidos pela grande extensão que ia desde as posses régias na Inglaterra, perpassando a costa Leste da ilha da Irlanda e chegando às regiões Noroeste e Sudoeste da França – estas últimas herdadas por Leonor – configurando-se no ducado da Aquitânia.<sup>7</sup> A essa grande massa territorial, deu-se o nome de Império Angevino (1154-1214), ainda que a utilização do termo cause dissenso entre a historiografia especializada.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Criado durante o século VI, o ducado da Aquitânia hoje corresponde à região territorial que abrange as porções centro-oeste e sudoeste da França. Foi posse da casa de Poitiers do século IX até o falecimento de Leonor da Aquitânia em 1204, sendo anexado, após isso, às posses territoriais da coroa inglesa na França. Alguns de seus principais centros urbanos eram Poitiers, Bordeaux, Bayonne e Périgueux.

<sup>8</sup> Justifico o uso da expressão baseado na interpretação crítica de que Henrique II concretizou materialmente os fundamentos do conceito de *imperium* no medievo: aquilo que designava “ao mesmo tempo, ou alternativamente, **uma autoridade e um território**” (Madeline, 2017, p. 180, grifo meu). Dessa forma, me inclino à historiografia que compreende o valor heurístico e analítico da categoria de “império” aplicada à Idade Média, como visto nas obras de Jean Le Patourel (1976; 1984); de R. R. Davies (2000); John Gillingham (2001; 2013); Martin Aurell (2004) e Judith Everard (2004). Longe de haver um consenso historiográfico acerca do emprego da categoria “império” para a Idade Média, este trabalho se embasa, sobretudo, nas supracitadas

Em um artigo chamado *L'art comme propagande royale – Henri II, Aliénor d'Aquitaine et leurs enfants (1145-1204)*, Martin Aurell discute o patrocínio cultural destas duas figuras, refletindo sobre a articulação do poder régio e a “propaganda” medieval como instrumento de capilaridade para a manutenção e fomento dessa forma de poder (Aurell, 2015). Partindo de reflexões previamente estabelecidas por nomes ilustres da medievalística francesa, – como Jacques Le Goff e Georges Duby – acerca da problemática envolvendo a relação entre poder e arte, Aurell aponta que do debate entre os defensores da “arte pela arte” e do “prazer estético” contra os advogados da ideologia e propagandas régias, o estudo da realeza angevina e de suas realizações materiais constitui um rico domínio para se pensar o mecenato literário e artístico como um meio de difusão de um conjunto de “informações de natureza política de um centro, neste caso a corte real, para uma periferia composta por castelões, cavaleiros ou comerciantes, mas também eclesiásticos” (Aurell, 2015, p. 22).

Para isso, Aurell discute como a composição de obras como o *Roman de Brut* (c. 1150-1155)<sup>9</sup> e uma suposta dedicatória de Wace (c. 1100 - c. 1174/1183?), seu autor, à Leonor trouxe um possível favorecimento do poeta pelo casal real (Aurell, 2015, p. 23). Como uma hipótese verossímil, o autor argumenta que, entre os anos finais da década de 1160, Henrique II obteve para Wace uma prebenda canonical<sup>10</sup> em Bayeux, na Normandia, para que o poeta se dedicasse integralmente – e sem a presença de obstáculos materiais – à composição de uma história dos duques normandos, o futuro *Roman de Rou* (1160 - c. 1170).

Entretanto, o mesmo Henrique II, em data inestimada, destituiu Wace de sua tarefa e realocou-a nas mãos de Benoît de Saint-Maure (c. 1100? - c. 1173), que teria dedicado alguns versos elogiosos à figura de Leonor em seu *Roman de Troie* (c. 1155 - c. 1160).<sup>11</sup> Os motivos dessa decisão resultaram na elaboração de duas hipóteses: uma política e outra estética. Para os defensores da primeira, Wace foi retirado do projeto devido à sua independência criativa. Nas linhas que escreveu no *Roman de Rou*, o poeta recusou-se a prestar louros à suposta linhagem sobrenatural e sagrada do ofício ducal normando, preferindo atentar e narrar seus grandes feitos em âmbito temporal. Ademais, o apego excessivo de Wace ao rigor histórico dos fatos teria incomodado o monarca, atrasando o trabalho

---

referências, visto que fugiria ao escopo do artigo tecer uma longa discussão em torno dessa polêmica teórica dentro dos estudos medievais.

<sup>9</sup> Versão anglo-normanda da *Historia Regum Britanniae* (c. 1130-1136) de Geoffrey de Monmouth (c. 1100 – c. 1155), uma crônica de caráter pseudo-histórico que narra a história lendária dos reis da Britânia, desde a sua fundação mítica até a conquista dos anglo-saxões. Foi a principal obra responsável por incutir no imaginário medieval as figuras literárias de Merlin e Artur.

<sup>10</sup> Função eclesiástica administrativa exercida em uma catedral ou igreja colegiada, cujo trabalho é remunerado. A função do prebendário, entretanto, foi gradativamente adquirindo sentido pejorativo, como sinônimo de trabalho ocioso cuja remuneração é alta demais para as atividades por ventura desempenhadas.

<sup>11</sup> “Romance de Tróia”. Obra pertencente ao ciclo da antiguidade ou *matière de Rome* (“matéria de Roma”), em que obras literárias medievais, sobretudo *romans*, empregavam personagens, temas e discussões do mundo clássico em suas narrativas.

de composição da obra e evitando “a panegírica injustificada dos antepassados de seu patrono, um angevino desejando ser associado à prestigiosa dinastia dos duques da Normandia” (Aurell, 2015, p. 25).

Quanto às razões estéticas da demissão, seus apologetas comentam que a escrita de Benoît era superior à de Wace. Atentando para o fato da documentação nada apontar em relação aos gostos estéticos de Henrique II, Aurell comenta que supor algo que indique uma preferência estilística dos patronos seria imprudente, e ainda observa que o ponto central do argumento dos defensores estéticos seria o fato de Benoît aplicar com rigor as convenções de escrita historiográfica e retórica da época, como presentes na sua tradução “literal” da *Gesta Normannorum Ducum*,<sup>12</sup> o que tornaria as eventuais descrições pitorescas acerca da santidade ducal e da natureza fantástica dos duques normandos assuntos meramente apendiculares (Aurell, 2015, p. 25).

O debate, então, é sumarizado pelo fato de Benoît não ter se arriscado a inovar – e transgredir – em cima das convenções políticas historicamente atribuídas aos angevinos e à realeza normanda da qual eram herdeiros. Wace, por sua vez, ao não respeitar as tradições historiográficas consideradas universais para a época, teria caído em desgraça perante a Henrique II. O que, desse modo, poderia se extrair desses acontecimentos e qual sua relação para com o patronato artístico e o impulsionamento das atividades culturais no medievo? Sob quais “relações de força” (Ginzburg, 2002), aqui entendidas como as tensões e disputas acerca da produção de um conhecimento, bem como os embates de poder e os diferentes regimes de prova, tradições discursivas e formas de validação as quais estão ligadas, a cultura escrita medieval pode ser delineada?

Para Aurell, não se deve negar por completo ambas as perspectivas sob a pena de perder de vista as valências que uma abordagem holística de uma obra literária evidencia. Se, por um lado, é importante compreender as estruturas retóricas e estilísticas que regem um determinado texto, por outro, é necessário também reconhecer a dimensão histórica e contextual daquilo que é aludido pelo autor da obra (Aurell, 2015, p. 25). Entretanto, o foco dessa discussão concentra-se no fato de que as tensões estabelecidas sobre qualquer produção social são frutos de uma intervenção **humana e material**.

Esta intervenção só é possível mediante a compreensão sumária de que determinadas pressões são realizadas a partir de uma dinâmica social cuja centralidade, no medievo, teve nas relações de classe o principal vetor de manifestação ativa na produção e reprodução da vida material

---

<sup>12</sup> Crônica escrita durante o século XI (c. 1060 – c. 1071) pelo monge Guilherme de Jumièges, que foi contemporâneo à conquista normanda da Inglaterra em 1066. A obra narra os principais eventos da investida de Guilherme, o Conquistador (1028-1087) à Inglaterra, servindo como base narrativa fundacional da dinastia dos normandos e de sua história. A crônica sofreu interpolações tardias durante o século XII, com passagens adicionais elaboradas por Orderico Vital (c. 1075 – c. 1142) e Roberto de Torigni (c. 1100 – c. 1186).

em todos os seus âmbitos, do político ao cultural. Não é surpresa, pois, o fato de que para o casal régio, “aparecer como patrocinadores generosos de romancistas, poetas e contadores de histórias é uma forma de propaganda, por mais vaga e difusa que seja, que sem dúvida foi um sucesso para eles” (Aurell, 2015, p. 40). Isso pode ser ainda confirmado se o traslado do mundo textual for realizado ao mundo imagético, bem representado pela política edilítaria angevina, pois o poder, também, “é contado nos monumentos”:

[...] Seus castelos deixam sua marca no espaço. Embora ameaçadores, eles devem garantir uma paz duradoura para seus súditos. [...] Guerreiro e administrador, o rei construiu castelos, palácios fortificados, escritórios protegidos por torres e recintos com suas valas. Seus edifícios proclamam, em alto e bom som, seu poder. Os encenqueiros que ousam desafiar serão rapidamente esmagados. A justiça que resolve os conflitos ou a vitória que põe fim às hostilidades trazem a paz e, com ela, a construção de edifícios militares que deveriam perpetuá-la. (Aurell, 2015, p. 26)

Para além da óbvia atividade senhorial de construir fortificações com o objetivo de proteger seus domínios, o exercício do poder régio manifestava-se, também, na imagem de construtores e patronos de mosteiros, hospitais e igrejas, seja por intermédio de vultuosas doações, como no caso dos angevinos, a abadias como a de Fontevraud, bem como no desenvolvimento de uma política de “paz construtora” que, ao mesmo tempo em que reforçava o controle e domínio sobre as largas extensões de terra do Império Angevino, mostrava aos súditos que sua política edilítaria era a responsável direta pela pacificação desses territórios (Aurell, 2015, p. 40).

Ora, uma das características mais notáveis da aristocracia era precisamente aquilo que a definia como tal, ou seja, o protagonismo em relação ao fenômeno histórico da “**dominação social** a longo prazo de um pequeno grupo de indivíduos, à custa de adaptações ligadas à evolução social geral, sem que essas adaptações (nem, aliás, a renovação genealógica) tenham jamais posto em causa o mito da continuidade do grupo” (Morsel, 2004, p. 8). Disso é resultante que a *largesse* (“largueza”), isto é, a qualidade que definia *per se* esta classe, fosse também uma importante ferramenta para a troca e circulação de riquezas no medievo, sobretudo, pelo fato de que “é recebendo bens e redistribuindo-os que os poderosos afirmam seu poder com seus subordinados e garantem sua preponderância no topo da hierarquia social” (Aurell, 2015, p. 40). Desse modo, é preponderante o fato de que a riqueza extraída por um complexo sistema de dominação exploração no medievo por essa classe tivesse múltiplas aplicações no mundo material.

Se é mais fácil visualizar o emprego prático da riqueza extraída nos grandes monumentos, nas grandes obras e demais empreendimentos de infraestrutura, isso se deve a um dado um tanto

quanto óbvio da realidade medieval: a grande massa iletrada que constituía o grosso das almas viventes à época. Assim, o fato de um mecenas ser particularmente inclinado aos prazeres de uma encenação, de uma declamação ou mesmo de uma leitura privada em voz alta de uma canção de gesta ou de um poema encomendado por ele próprio não implicava que outros indivíduos compartilhassem da mesma disposição ou possibilidade de “apreciar” tais artefatos culturais. Estas obras, por sua vez, eram produzidas a partir do parasitismo e do vampirismo de uma classe que se deleitava nos longos espetáculos cortesãos, ao ouvir ou ler narrativas que descreviam não apenas as práticas que ela própria perpetuava, mas também todo um conjunto de situações que aspirava experimentar e desfrutar — incluindo o contato direto com aqueles mesmos indivíduos responsáveis por produzir o substrato material que financiava a composição dessas obras.

Observa-se então que as particularidades da produção literária medieval estão ancoradas materialmente na lógica estrutural de um sistema central cujas práticas, valores e significados podemos chamar de eficazes e dominantes (Williams, 2011, p. 53). Tendo na classe senhorial e, mais precisamente, na aristocracia secular sua principal patrona e propagandista, é válido apontar que toda e qualquer época de organização social ao longo da história manifestou um imbricado complexo de relações que não são “meramente abstratos, mas que são organizados e vividos” (Williams, 2011, p. 52). Desse modo, um dos caminhos possíveis para se investigar a teia literária medieval em suas complexidades e particularidades parte do entendimento central de que “só podemos entender uma cultura efetiva e dominante se compreendermos o processo social real do qual ela depende” (Williams, 2011, p. 54).

## HISTÓRIA, LITERATURA E PRÁXIS: (ALGUMAS) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da relação dialética entre a oralidade e a escritura – esta última compreendida por Paul Zumthor em sua variabilidade de usos e aplicações práticas, referindo-se ao conjunto de “técnicas, atitudes e condutas diversas, conforme os tempos e os contextos eventuais” (Zumthor, 1993, p. 99) e sujeita às condições materiais de trabalho dos escribas e copistas em seus *scriptoria* – é possível depreender que o próprio desenvolvimento da literatura medieval cravou suas bases no sociometabolismo dos indivíduos em relação à natureza do mundo em que viviam, bem como aos saberes e sistemas sociais, culturais, políticos desse universo organizado em torno do latim, primariamente, e das respectivas línguas vernáculas a partir do século XII. Se, nestes termos, “escrever era ao mesmo tempo uma arte, uma forma de comunicação e uma ferramenta de persuasão sociopolítica” (Johnston, 2013, p. 8), seria lógico imaginar o latim como sendo o principal instrumento de associação a uma cultura letrada e literária comumente dominada pela Igreja, até meados do século

XI. Em termos literários assim o foi. Ao menos até o início da ofensiva romanesca e do translado clerical-secular, latim-vernáculo.

No “caleidoscópio cultural de literacias” conhecidas e existentes no Ocidente medieval, é sabido que a “literacia do início da Idade Média tinha um aspecto religioso e também documental” (Smith, 2005, p. 45-46), pois:

Embora a sacralidade da Bíblia em latim fosse universal, seu meio cultural local variava tanto nas maneiras como as igrejas recebiam e adaptavam a herança da literacia do cristianismo antigo tardio quanto nas maneiras como usavam a literacia administrativa na busca de seus objetivos institucionais. [...] A literacia pessoal é direta, consequência da educação; a literacia participativa é indireta, mediada por um escriba ou leitor. [...] Em suma, é seguro concluir que significativamente mais monges, freiras e clérigos do que leigos poderiam escrever seus nomes ou vocalizar as letras em uma página [...]. (Smith, 2005, p. 42)

Esse dado da realidade medieval, sobretudo no que concerne à “literacia pessoal” mencionada por Julia Smith, vai gradativamente convivendo ao lado da “literacia participativa” ao ponto de esta última pressionar o domínio da língua latina sobre as produções textuais quando os primeiros escritos em línguas vernaculares começaram a florescer, primeiro no cenário insular, depois no continental. Acerca do assunto, é Smith ainda quem aponta que a *lingua romana* anteriormente compreendida como sinônimo do latim escrito e falado, oriunda da Antiguidade Tardia e suas transformações, extrapolou continuamente os limites conceituais previamente estabelecidos e consolidou-se, na virada do século XI para o XII como sinônimo apenas das línguas românicas ou vulgares, aquelas faladas em uma língua que não o latim (Smith, 2005, p. 24).

Tal processo constitutivo da produção literária no medievo, atrelado à suas conjunturas particulares de desenvolvimento, nos dão alguns encaminhamentos para uma compreensão mais balizada em torno dos debates envolvendo a produção literária medieval, de modo também a alargar o conhecimento que as obras se propõem a oferecer aos seus consumidores. Afinal, se a literatura, como expressão artística, é um produto sumariamente humano e social, é necessário destacar o componente humanizar presente em seu processo de produção. as manifestações expressas nessas produções são provenientes de um contexto social específico – e que varia de acordo com as sociedades ao longo do tempo – que visa atingir um determinado público-alvo capaz de assimilar de forma consciente seus conteúdos (Grangeiro; Morais, 2021, p. 31).

Para, enfim, se propor uma aproximação entre os campos da História e da Literatura a partir de uma abordagem teórica e metodologicamente viável, deve-se observar que é somente a partir da

**práxis humana** que é possível “indicar quais foram, no conjunto das disposições de um caráter humano, as qualidades importantes e decisivas”, porque:

Só o contato com a *práxis*, só a complexa concatenação das paixões e das variadas ações dos homens pode mostrar quais foram as coisas, as instituições, etc. que influíram de modo determinante nos destinos humanos e quando e como se exerceu tal influência. De tudo isso só se pode ter uma visão conjunta quando se chega ao final. **É a própria vida que realiza a seleção dos momentos essenciais do homem no mundo, quer subjetiva, quer objetivamente.** (Lukács, 2010, p. 166, grifo meu)

Portanto, a análise das maneiras pelas quais os indivíduos produzem e reproduzem materialmente sua existência na sociedade – ou seja, sua relação sociometabólica com a natureza – torna-se condição fundamental para entendermos a produção literária medieval como produto dessas relações, ao mesmo tempo que é também uma de suas formas de expressão. Desse modo, podemos descartar ou, no mínimo, desconfiar de qualquer mobilização da literatura pela História em termos abstratamente neutros ou despidos de qualquer valor subjetivo ou viés ideológico, seja ele manifestado de modo voluntário ou não. Como bem pontuou Terry Eagleton, “não se trata de debater se a ‘literatura’ deve se relacionar com a ‘história’ ou não: trata-se de uma questão de ler diferentemente a própria história” (Eagleton, 2019, p. 316).

## REFERÊNCIAS

ALTSCHUL, Nadia. **Politics of temporalization: medievalism and orientalism in Nineteenth-Century South America.** Pennsylvania, USA: University of Pennsylvania Press, 2020.

AMALVI, Christian. Idade Média. [Trad.: José Carlos Estevão]. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente medieval.** [1999]. [Trad.: Hilário Franco Júnior (coord.)]. São Paulo: Editora da Unesp, 2017, v.1, p. 599-516.

AURELL, Martin. L’art comme propagande royale – Henri II, Aliénor d’Aquitaine et leurs enfants (1145-1204). **Hortus Artium Medievalium**, v. 21, 2015, p. 22-40. Disponível em: <<https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1484/J.HAM.5.107376>>. Acesso: 30 jun., 2025.

AURELL, Martin. **L’empire des Plantagenêts, 1154-1224.** Paris : Perrin, 2007.

BATANY, Jean. Escrito/oral. [Trad.: Lênia Márcia Mongelli]. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente medieval.** [1999]. [Trad.: Hilário Franco Júnior (coord.)]. São Paulo: Editora da Unesp, 2017, v. 1, p. 429-442.

DAVIES, R. R. **The first English empire.** New York: Oxford University Press, 2000.

DUBY, Georges. O “Renascimento” do século XII. Audiência e patrocínio. [1982]. In: DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. [1988]. [Trad.: Jônatas Batista Neto]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 167-188.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. [1983]. [Trad.: Waltensir Dutra]. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

ELLIOTT, Andrew B. R. **Medievalism, politics and mass media: appropriating the Middle Ages in the Twenty-First Century**. Cambridge, UK: D. S. Brewer, 2017.

EVERARD, Judith. **Brittany and the Angevins: province and empire, 1158-1203**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004.

FALCONIERI, Tommaso di Carpegna. **Médiéval et militant : penser le contemporain à travers le Moyen Âge**. [2011]. [Trad.: Michèle Grévin]. Paris : Édition de la Sorbonne, 2015.

FERNANDES, José Lucas Cordeiro. **In Sorte Diaboli: cultura escrita e o imaginário de demonização do pagão na *Brennu-Njáls saga* (séc. XIII)**. 269 f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em:

<<https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84465>>. Acesso: 29 jun., 2025.

GILLINGHAM, John. **The Angevin empire**. [1984]. 2<sup>nd</sup> ed. London: Arnold; New York: Oxford University Press, 2001.

GILLINGHAM, John. Expectations of empire: some twelfth-and early thirteenth-century English views of what their kings could do. In: DUFFY, Séan; FORAN, Susan (eds.). **The English isles: cultural transmission and political conflict in Britain and Ireland, 1100-1500**. Dublin: Four Courts Press, 2013, p. 56-67.

GRANGEIRO, Hayanne Porto; MORAIS, Luan Lucas A. O passado e o presente das literaturas: uma breve análise das produções medievais insulares. **Revista História em Curso**, Belo Horizonte, jun. 2021, p. 13-37. Disponível em:

<<https://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/26490>>. Acesso: 30 jun., 2025.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da história**. [1837]. [Trad.: Maria Rodrigues; Hans Harden]. 2ª ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1999.

HEGEL, G. W. F. **Cursos de estética**. [1835]. [Trad.: Marco Aurélio Werle]. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001, vol. 1.

JOHNSTON, Elva. **Literacy and Identity in Early Medieval Ireland**. Woodbridge, UK: Boydell Press, 2013.

JÚNIOR, Carlile Lanzieri. **Cavaleiros de cola, papel e plástico: sobre usos do passado medieval na contemporaneidade**. Campinas, SP: D7 Editora 2021.

JÚNIOR, Carlile Lanzieri. **O renascimento do século XII: a longa e sinuosa trajetória de um conceito**. Serra, ES: Editora Milfontes, 2023.

JÚNIOR, Carlile Lanzieri. Ontem e hoje, o porta estandarte. Reflexões sobre os usos do passado medieval, a estética bolsonarista e os discursos recentes da direita brasileira. **Roda da Fortuna**, 2019, v. 8, n. 2, p. 189-209. Disponível em: <[https://www.academia.edu/43393489/Ontem\\_e\\_hoje\\_o\\_porta\\_estandarte\\_reflex%C3%B5es](https://www.academia.edu/43393489/Ontem_e_hoje_o_porta_estandarte_reflex%C3%B5es)>

[sobre os usos do passado medieval a est%C3%A9tica bolsonarista e os discursos recentes da direita brasileira](#)>. Acesso: 30 jun., 2025

KAUFMAN, Amy; STURTEVANT, Paul B. **The devil's historians**: how modern extremists abuse the medieval past. Toronto, CA: University of Toronto Press, 2020.

LE PATOUREL, Jean. **Feudal empires** – Norman and Plantagenets. London: Hambledon Press, 1984.

LE PATOUREL, Jean. **The Norman empire**. Oxford, UK: Clarendon Press, 1976.

LUKÁCS, György. Narrar ou descrever? [1936]. In: LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. [Trad.: Carlos Nelson Coutinho]. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 149-185.

MADELINE, Fanny. The idea of 'empire' as hegemonic power. In: VAN HOUTS, Elisabeth (ed.). **Anglo-Norman studies XL**: proceedings of the Battle Conference 2017. Woodbridge, UK: Boydell & Brewer, 2018, p. 179-196. Disponível em: <<https://scihub.se/https://doi.org/10.1017/9781787443051.012>>. Acesso: 30 jun., 2025.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. [1852]. [Trad.: Nélio Schneider]. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORSEL, Joseph. **L'aristocratie médiéval** – VI<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle. Paris : Armand Colin, 2004.

NIMTZ, August H. Marx e Engels sobre a Guerra Civil Americana: a “concepção materialista da história” em ação. [2011]. [Trad.: Felipe Vale da Silva; Muniz G. Ferreira]. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Escritos sobre a Guerra Civil Americana** – artigos do New-York Daily Tribune, Die Presse e outros (1861-1865). [Trad.: Felipe Vale da Silva; Muniz G. Ferreira]. Londrina: Aetia Editorial; São Paulo: Peleja, 2020, p. 9-35.

PACHÁ, Paulo. Por que a extrema-direita brasileira ama a Idade Média europeia. **Vio Mundo**, 05 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3oi6QkR>>. Acesso: 17 fev., 2021.

SMITH, Julia M. H. **Europe after Rome** – a new cultural history 500-1000. New York: Oxford University Press, 2005.

SPINA, Segismundo. **A cultura literária medieval**. [1971]. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

WICKHAM, Chris. **O legado de Roma**: iluminando a idade das trevas, 400-1000. [2010]. [Trad.: Paula Naumann Gorga; Luiz Anchieta Guerra; Patrícia Rangel do Sacramento]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2019.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. [1973]. In: WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. [1980]. [Trad.: André Glaser]. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 43-68.

WILLIAMS, Raymond. **Marxism and literature**. New York: Oxford University Press, 1977.

WOLLENBERG, Daniel. **Medieval imagery in today's politics**. Leeds, UK: Arc Humanities Press, 2018.

ZINK, Michel. Literatura(s). [Trad.: Lênia Márcia Mongelli]. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente medieval**. [1999]. [Trad.: Hilário Franco Júnior (coord.)]. São Paulo: Editora da Unesp, 2017, v. 2, p. 90-107.

# HISTÓRIA E CULTURAS

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz:** a “literatura” medieval. [1987]. [Trad.: Amálio Pinheiro (Parte I); Jerusa Pires Ferreira (Parte II)]. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral.** [1983]. [Trad.: Jerusa Pires Ferreira; Maria Lúcia Diniz Pochat; Maria Inês de Almeida]. São Paulo: Hucitec, 1997.